

Gestão de coleções em biblioteca: uma introdução aos seus fundamentos

Raimundo Martins de Lima (UFAM) - rdomartins@uol.com.br

Resumo:

Apresenta e reflete sobre os elementos que fundamentam o processo de gestão de coleções de biblioteca, independente da tipologia, diferenciando-o de acordo com as suas etapas de formação e desenvolvimento. Parte do pressuposto de que nenhuma biblioteca encontra em si mesma razão para existir, formar e desenvolver coleções, ofertar serviços e manter-se viva na sociedade. Destaca a missão e os objetivos da instituição onde a biblioteca atua como elementos estruturantes das duas etapas; o perfil do público alvo apenas da etapa de formação e as necessidades e demandas do seu grupo preferencial de usuários só da etapa de desenvolvimento. Considera a política de desenvolvimento de coleções como um instrumento imprescindível para o cumprimento das funções das bibliotecas e o atendimento satisfatório das demandas dos usuários. Conclui que a sua inexistência é uma das deficiências das bibliotecas brasileiras, pois é o uso sistemático de critérios de seleção, aquisição e avaliação de coleções que permite a eliminação dos efeitos danosos da ausência, desqualificação e rotatividade de pessoal; da indefinição das responsabilidades pela execução das tarefas; e da aleatoriedade de procedimentos e cronologia. Aspectos que qualificam a atuação das bibliotecas e contribuem para o alcance dos objetivos institucionais.

Palavras-chave: *Gestão de coleções em biblioteca. Formação e desenvolvimento de coleções. Política de acervo de biblioteca*

Área temática: *Temática III: Bibliotecas, serviços de informação & sustentabilidade*

Gestão de coleções em biblioteca: uma introdução aos seus fundamentos¹

Resumo:

Apresenta e reflete sobre os elementos que fundamentam o processo de gestão de coleções de biblioteca, independente da tipologia, diferenciando-o de acordo com as suas etapas de formação e desenvolvimento. Parte do pressuposto de que nenhuma biblioteca encontra em si mesma razão para existir, formar e desenvolver coleções, ofertar serviços e manter-se viva na sociedade. Destaca a missão e os objetivos da instituição onde a biblioteca atua como elementos estruturantes das duas etapas; o perfil do público alvo apenas da etapa de formação e as necessidades e demandas do seu grupo preferencial de usuários só da etapa de desenvolvimento. Considera a política de desenvolvimento de coleções como um instrumento imprescindível para o cumprimento das funções das bibliotecas e o atendimento satisfatório das demandas dos usuários. Conclui que a sua inexistência é uma das deficiências das bibliotecas brasileiras, pois é o uso sistemático de critérios de seleção, aquisição e avaliação de coleções que permite a eliminação dos efeitos danosos da ausência, desqualificação e rotatividade de pessoal; da indefinição das responsabilidades pela execução das tarefas; e da aleatoriedade de procedimentos e cronologia. Aspectos que qualificam a atuação das bibliotecas e contribuem para o alcance dos objetivos institucionais.

Palavras-chave: Gestão de coleções em biblioteca. Formação e desenvolvimento de coleções. Política de acervo de biblioteca.

Área Temática III: Bibliotecas, serviços de informação & sustentabilidade.

1. Introdução

Ao ter contato com a biblioteca, a maioria das pessoas leigas pode até ver nela um local de guarda de livros e um ambiente para leitura e estudo, mas não consegue identificar a essência das suas responsabilidades técnica, social e política, quais sejam: a satisfação das necessidades de informação dos seus usuários; a geração de conhecimentos; a formação do pensamento crítico; a democratização da cultura, a emancipação social, econômica e política e o exercício da cidadania. Se em um leigo essa visão limitada é aceitável, o mesmo não se pode afirmar em relação ao bibliotecário ou ao dirigente de uma instituição de ensino ou de uma empresa de qualquer setor da cadeia social produtiva.

Razões para justificar esse sentimento não faltam, até porque o mínimo que se pode esperar desses profissionais é que tenham algum domínio sobre a natureza

¹ Os elementos e reflexões apresentados ao longo do texto serão tratados de forma genérica, embora os exemplos e referências usadas digam respeito mais as realidades das bibliotecas das escolas.

filosófica dessa instituição social. No caso do bibliotecário, não apenas porque a biblioteca ainda é hoje o seu principal local de atuação, mas porque a ausência desse conhecimento dificulta e pode até impedir que a mediação entre os conteúdos do acervo da biblioteca e seu público seja processada de forma satisfatória. E com relação aos dirigentes, porque é pouco provável que indivíduos com capital cultural com essa lacuna possam perceber os nexos existentes entre os objetivos das instituições que dirigem e a atuação da biblioteca nelas inseridas, condição que os levaria, de uma forma consciente, a dotá-la das condições materiais objetivas que ela precisa para bem cumprir as suas responsabilidades.

Esses argumentos sustentam-se em dois pressupostos. O primeiro é o entendimento de que são os projetos técnicos, políticos e sociais que a biblioteca carrega consigo desde o ato de criação que dão significado e sentido à sua existência. O segundo é a compreensão de que o conhecimento dos dirigentes e bibliotecários sobre esses projetos é uma das principais variáveis que condicionam o cumprimento das responsabilidades técnicas, políticas e sociais da biblioteca.

De acordo com esses pressupostos, a única motivação para a criação, por exemplo, de um setor contábil para organizar o movimento de receitas e despesas de uma empresa é o entendimento de que esse setor irá contribuir, de maneira positiva, para o cumprimento da missão e o alcance dos objetivos institucionais. Mas, para tanto, seria necessário dotá-lo das condições infraestruturais mínimas compatíveis com essas projeções (espaço físico, pessoal qualificado, equipamentos e mobiliário adequados etc.).

Significa que a organização de uma biblioteca em qualquer uma dessas instituições deveria merecer o mesmo tratamento dispensado aos demais setores, já que os fins seriam os mesmos: a atuação da biblioteca ou de qualquer outro setor da instituição deveria ajudá-la a cumprir a sua missão e a alcançar os seus objetivos. Porém, não é isso que parece estar ocorrendo no Brasil. Pelo menos, não é isso que as realidades sociais concretas das bibliotecas das escolas públicas da educação básica têm sugerido.²

Por mais paradoxal que possa parecer, a criação da maioria das bibliotecas brasileiras não têm guardado relação com os fins que justificam as suas existências

² Os estudos de Paiva; Berenblum (2009) e do Ministério da Educação (MEC), este realizado em parceria com a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) (BRASIL, 2011), revelam que a maioria delas não possui as condições materiais objetivas necessárias para tal objetivação.

(a satisfação das necessidades de informação dos seus usuários; a geração de conhecimentos; a formação do pensamento crítico; a democratização da cultura, a emancipação social, econômica e política e o exercício da cidadania). Ao contrário, é provável até que os dirigentes não tenham tido nem a mais leve preocupação com o vínculo existente entre os problemas que as bibliotecas teriam de solucionar e o cumprimento da missão e o alcance dos objetivos da instituição que dirigiam. Só isso pode explicar a dissociação entre o ato de suas criações e a falta da dotação das condições infraestruturais acima referidas.

Essa é uma questão de fundamentação, de existência e de prática profissional que precisa ser equacionada urgentemente, sob pena de perder-se aquilo que é o essencial no que toca ao funcionamento das bibliotecas: a natureza, os objetivos e os princípios que lhes dão significado e sentido, aspectos sobre os quais não se pode deixar de refletir.

Por isso, concordando com Obata (1999), defende-se que o conceito que mais bem explica o fazer da biblioteca é o que a representa como um centro de cultura e de expressão de culturas das comunidades. Explica-se: é um centro de cultura porque reúne em seu acervo os mais variados conteúdos da literatura, das artes, da ciência e da tecnologia produzidos pelo homem, em todos os tempos e lugares e nos mais diversos formatos e suportes; é um centro de expressão de culturas porque, ao longo da sua existência, gradualmente, foi se firmando como espaço privilegiado para as manifestações dos autores e usuários de uma dada comunidade e para processos de interação entre eles e deles com os conteúdos do seu acervo, configurando-se como campo social de articulação entre saberes, poderes, fazeres e costumes distintos ou não.

São justamente esses aspectos que fazem com que a biblioteca seja qualificada como uma instituição social inserida no campo social de produção de bens culturais simbólicos, cuja atuação processa-se por meio da prestação de serviços diretos e indiretos de informação e educação a usuários geradores e consumidores de informação, o que lhe dá significado e justifica a sua existência e permanência na sociedade.

Por ter a informação como objeto de trabalho e a produção do conhecimento como seu objetivo mais precioso, toda biblioteca carrega consigo, a partir do ato da sua criação, uma responsabilidade social que é a principal aliada do processo de cidadania, por favorecer o exercício de direitos e deveres na sociedade. Primeiro,

porque as bibliotecas trabalham com o único artefato cultural que é, ao mesmo tempo, insumo e produto do desenvolvimento social. Segundo, porque o exercício de direitos e deveres não se processa plenamente sem a posse de informações e o acúmulo de conhecimentos. E terceiro, porque são as bibliotecas que têm a tarefa de identificar, selecionar, adquirir, tratar, armazenar, disseminar e transferir os conteúdos dos seus acervos aos indivíduos e organizações.

Mas a estruturação e o funcionamento adequado dessas bibliotecas em qualquer setor da cadeia social produtiva passam pela observação de um princípio que não pode deixar de ser considerado – o de que nenhuma biblioteca é autônoma. Ao contrário, toda biblioteca é dependente, estrutural e financeiramente, do ente que a criou, seja ele uma pessoa física ou jurídica. Isto porque nenhuma biblioteca encontra em si mesma justificativa para existir, formar e desenvolver suas coleções, ofertar serviços e se manter viva na sociedade, já que a razão para tal existência está e estará sempre na missão e no objetivo do ente criador, no perfil sociocultural do público-alvo destinatário dos serviços e nas necessidades e demandas dos seus grupos de usuários preferenciais.

Uma coisa parece incontestável: tanto o cumprimento dessa responsabilidade quanto o seu negligenciamento acabam interferindo no resultado final do trabalho desenvolvido nas bibliotecas, embora a expectativa seja de uma ocorrência positiva. Até porque, apesar das duas possibilidades, nesses casos, o sentimento dominante é que os serviços das bibliotecas possam contribuir de forma positiva para o alcance das intencionalidades das instituições, a formação do pensamento crítico, a democratização da cultura, a emancipação social e o exercício da cidadania.

No centro dessas questões está a humanização do homem, ou a dialética que há entre as condições da sua humanização e desumanização, as quais os homens sempre estiveram submetidos. A humanização passa obrigatoriamente pelo uso da racionalidade, embora esta racionalidade também possa gerar práticas desumanas. Significa que os conceitos de humanização e desumanização podem ambos ganhar contornos de subjetividade. Logo, nem a humanização nem a desumanização são absolutas, haja vista que são social e historicamente construídas sob a influência das condições socioculturais do homem em cada tempo e lugar.

A este respeito, comenta ainda Freire (1985, p. 30):

Constatar esta preocupação implica, indiscutivelmente, em reconhecer a desumanização, não apenas com viabilidade ontológica, mas como realidade histórica. É também, e talvez sobretudo, desta dolorosa constatação, que os homens se perguntam sobre a outra viabilidade – a de sua humanização. Ambas, na raiz de sua inconclusão, que os inscreve num permanente movimento de busca. Humanização e desumanização, dentro da história, num contexto real, concreto, objetivo, são possibilidades dos homens como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão.

Essas possibilidades não são operadas só por meio das suas características biológicas, visto que as condições para essas ocorrências não são inatas, mas uma conquista sociocultural que se inicia quando o ser humano reconhece o seu estágio de desenvolvimento. Note-se que é o homem que se faz humano ou desumano, pois tanto uma quanto a outra são partes da sua dimensão cultural, embora sua vocação seja a humanização. Mas como os homens nascem bárbaros e vão civilizando-se gradualmente pelos processos de socialização pelos quais passam ao longo de suas vidas, e a natureza da sociedade construída por eles não é harmoniosa nem fraterna, a desumanização do homem é uma possibilidade real.

Os conhecimentos acumulados no exercício da profissão de bibliotecário, seja atuando na parte operacional e na gerência das bibliotecas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), seja no magistério superior, como professor e pesquisador do curso de Biblioteconomia, levam à conclusão da ocorrência do negligenciamento dessa responsabilidade, sobretudo no caso da biblioteca das escolas vinculadas à rede pública municipal de educação fundamental de Manaus.

Não obstante serem esses resultados desastrosos para a profissão e para a sociedade manauara, longe de apontar culpados, pretende-se aqui apenas colocar um pouco de luz sobre os aspectos que se entende serem capazes de esclarecer-lhes as causas.

Para tanto, assim como Berger e Luckmann (1995), também se defende que as realidades são construídas socialmente por todos os indivíduos que atuam em um mesmo campo social e por isso é importante que se lance o olhar para o conjunto das práticas que configuraram a instituição que a sociedade passou a ver e ter como biblioteca, para compará-la com a sua matriz idealizada. Agindo assim, a partir de agora, quem sabe no futuro, por meio de ações mais consistentes, fique mais fácil reduzir a distância que há entre o real e o desejável.

Ao refletir sobre o processo de construção social da biblioteca, pode-se compará-lo a uma bola de neve em formação. Sua gênese é o modo de produção

das condições materiais da existência dos homens adotado no País; que promove a divisão entre trabalho intelectual e manual, valorizando-os diferenciadamente; que leva os dirigentes e as instituições a não se apropriarem da biblioteca; que gera as inconsistências teórico-conceitual-críticas que levam os bibliotecários a não perceberem os sentidos político e social da dimensão técnica do seu trabalho; que determina carências infraestruturais (improvisação e redução de espaço físico, existência de pessoal sem qualificação e inabilitado, pobreza de acervo, entre outras); e que leva ao negligenciamento das responsabilidades da biblioteca.

Nesse caso, a pouca seriedade com que são formuladas e executadas as políticas e os programas públicos de cultura e educação em todo o território nacional, respeitadas algumas raras exceções, é um bom exemplo das lacunas conceituais dos dirigentes sobre a biblioteca. Mas o fator político não pode ser visto como o único fator determinante dessas distorções, senão as bibliotecas inseridas no setor privado não reproduziriam os mesmos problemas das bibliotecas do setor público.

2. Sobre o processo de formação e desenvolvimento de coleções

Elaborar e executar uma política de formação e desenvolvimento de coleções e os serviços de seleção, aquisição e avaliação que lhes são pertinentes não são tarefas fáceis, mas só isso não justifica a baixa ocorrência dessas ações nas bibliotecas brasileiras.

Parece que o padrão comportamental dos indivíduos no meio social corrobora com esta tese. Ao dirigir-se o olhar para a vida cotidiana do homem na sociedade acaba-se por perceber que a adoção de procedimentos de seleção, aquisição e avaliação de bens e serviços é bem real, embora não seja linear. Isso ocorre nos supermercados e feiras livres, quando se necessita comprar gêneros alimentícios para abastecer ou completar a dispensa; nas lojas de departamentos, quando se precisa adquirir vestuário ou mobiliário, para montar ou substituir as peças do guarda-roupa ou da casa; e na vida cotidiana, quando se precisa matricular os filhos na escola. De alguma forma, com maior ou menor grau de adequação, e até de forma aleatória, costuma-se recorrer a certos critérios, objetivos ou não, para analisar e escolher o que parece melhor em cada um desses momentos.

Pode-se inferir, então, que esse procedimento é recorrente em todos os momentos em que os indivíduos precisam tomar decisões envolvendo relações mercantis, exceto quando o campo social dessa relação é a biblioteca e o seu objeto são os recursos informacionais que fazem parte das suas coleções ou que a elas poderão vir a ser incorporados. O que se sabe sobre a realidade existencial da maioria das bibliotecas brasileiras, sobretudo as atuantes em Manaus, sugere que a aleatoriedade de procedimentos de avaliação, seleção e aquisição de recursos informacionais é algo recorrente. Situação pode ser considerada como um grande problema, porquanto as variações de assuntos; de graus de aprofundamento; de objetivos dos conteúdos dos textos; de idiomas e até de características físicas dos suportes e formatos impõem a necessidade de escolhas pautadas na missão e objetivos institucionais; no perfil do público-alvo; nas diretrizes curriculares existentes; e nas necessidades e demandas do grupo de usuários preferencial, estes últimos aspectos aplicados de forma diferenciada nos processos de formação e de desenvolvimento, para balizar esses procedimentos.

Por tudo isso, a inexistência formal de políticas de formação e de desenvolvimento de coleções nas bibliotecas e a conseqüente ausência de critérios consistentes para orientar os processos de seleção, aquisição e avaliação são problemas graves, já que o item acervo é a base material de sustentação dos serviços oferecidos pelas bibliotecas – a consulta local e o empréstimo domiciliar.

Por isso é impensável adequar esses serviços à missão e objetivos institucionais, às diretrizes curriculares e às necessidades e demandas do grupo de usuários preferenciais das bibliotecas sem acervo qualificado, nem suas coleções podem ser desenvolvidas de forma satisfatória sem que os serviços de seleção, aquisição e avaliação de recursos informacionais observem critérios consistentes e formalmente aprovados.³ Mesmo porque é a adoção de critérios que qualifica os processos de formação e desenvolvimento das coleções e projeta a adequação dos seus conteúdos aos princípios destacados.

Significa considerar que, em qualquer biblioteca, a construção do seu acervo exige da equipe que a coordena certo domínio conceitual e técnico-metodológico

³ Acervo entendido como reunião de todas as informações existentes na biblioteca, agrupadas por tipologia ou natureza: coleção de referência, corrente, didática, pesquisa e especial, e coleção como o conjunto particular de informações de uma única tipologia ou natureza, existente na biblioteca: as obras de consultas rápidas, como dicionários, enciclopédias, entre outras, que juntas formam a Coleção de Referência. (ARRUDA, 2002).

para obter e analisar informações sobre quatro grandes contextos⁴: o da instituição onde a biblioteca está inserida; o da legislação que regulamenta o seu campo social de atuação; o do público-alvo da instituição (apenas no processo de formação), ou dos grupos de usuários preferenciais (só no processo de desenvolvimento); e o dos documentos a serem incorporados.

Da instituição onde a biblioteca está inserida são levantados e analisados dados sobre a natureza das suas atividades, além da sua missão, seus objetivos e suas áreas de atuação. Após processados e transformados em informação, por meio de ações de representação e de atribuição de sentidos (ARAÚJO, 2002; LE COADIC, 1996), esses dados podem determinar a adequação dos conteúdos dos documentos ao perfil de cada uma das coleções criadas e mantidas pela biblioteca, inclusive em termos de aprofundamento.

No tocante à regulamentação do campo de atuação da instituição onde a biblioteca está inserida, impõe recorrer aos textos constitucionais e à legislação deles decorrentes. Por exemplo, no caso da educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN); o Plano Nacional de Educação (PNE) e seus correspondentes nos Estados, Distrito Federal e Municípios; os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para as quatro primeiras séries da educação fundamental e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental.

Com relação ao contexto do público, os procedimentos para levantamento de dados ocorrem em dois momentos distintos. No primeiro, quando a biblioteca vai iniciar a formação das suas coleções, são levantados e analisados dados sobre o perfil sociocultural do público-alvo da instituição. No segundo, quando a biblioteca já está funcionando e esse público-alvo já faz parte do seu grupo de usuário preferencial, são levantados e analisados dados sobre as suas necessidades e demandas e o estado das coleções criadas pela biblioteca, envolvendo aspectos como cobertura e desatualização dos seus conteúdos e o número de exemplares por títulos, para desenvolvê-las. Após processados e transformados em informação, esses dados podem servir de base para dar mais completeza e atualização aos conteúdos das coleções da biblioteca, bem como escolher os suportes e formatos dos seus documentos.

⁴ Contexto usado neste texto para representar o conjunto de circunstâncias que cercam e esclarecem um texto, um fato ou as suas partes (FERREIRA, 1993).

Já com respeito aos documentos devem ser levantados e analisados dados relativos às suas características físicas (tipo de encadernação e suporte, qualidade do papel, tamanho das letras, entre outras) e intelectuais (idiomas, conteúdos para ensino, pesquisa, extensão, lazer, entre outras). Após processados e transformados em informação, esses dados podem servir de parâmetro para a adequação dos conteúdos e características dos documentos aos elementos dos dois contextos anteriores – o da instituição onde a biblioteca está inserida e o do público-alvo ou do grupo de usuários preferenciais –, dando consistência às coleções da biblioteca.

Além destes aspectos considerados elementares, há outros que também podem causar danos e interferirem, positiva ou negativamente, no processamento das etapas de formação e de desenvolvimento de coleções. Neste grupo estão incluídos os recursos financeiros e infraestruturais, onde se encontram as fontes e instrumentos auxiliares dos serviços de seleção, aquisição e avaliação que integram os processos de formação e desenvolvimento de coleções das bibliotecas.

No caso dos recursos infraestruturais, cabe observar que, pelo menos em tese, o bom funcionamento de qualquer biblioteca está diretamente relacionado à existência de pessoal qualificado, instalações físicas adequadas, de equipamentos e mobiliário apropriados e de ambientes climatizados, sob pena de ver-se reduzidas as suas chances de atrair, satisfazer e fidelizar os seus usuários preferenciais.

Considerando a subjetividade dessa visão, há que se considerar que tais condições ainda pertencem ao plano do desejável e por isso estão longe de representar a realidade social concreta da maioria das bibliotecas brasileiras, sobretudo as inseridas nas escolas públicas de educação fundamental. Para ter-se uma ideia da gravidade desse problema, basta observar que boa parte dos documentos incorporados aos seus acervos ainda é adquirida por meio de doação e sem que sejam observados alguns dos aspectos destacados acima, além das condições gerais do espaço físico e ocupação das estantes. Embora haja outras causas, não se pode descartar a possibilidade de que essas fragilidades possam estar contribuindo fortemente para a baixa representatividade social das bibliotecas.

No caso dos recursos financeiros há pouco a ser discutido, já que a obviedade da sua relevância é tamanha que dispensa comentários mais extensos. Apesar disto, são poucas as bibliotecas que regularmente recebem recursos das instituições onde estão inseridas e podem ser consideradas unidades orçamentárias, status que lhes dariam as condições mínimas para programarem o desenvolvimento

das suas coleções e redimensionarem o crescimento geral das suas demais estruturas.

Para completar o quadro de dificuldades, àquela inconsistência conceitual e técnico-metodológica já destacada, que alguns bibliotecários carregam consigo desde a formação básica, alia-se a outras técnico-administrativas (sobretudo em termos de competências para análise de conjuntura e elaboração de projetos) e essa aliança acaba impedindo a geração de recursos próprios, por meio da prestação de serviços a certos segmentos sociais, e a busca de recursos externos via projetos e programas de parcerias. Sem essas competências, naquilo que diz respeito ao item acervo, as doações espontâneas têm sido as alternativas de maior recorrência (e no caso das bibliotecas das escolas públicas, os programas de distribuição de livros didáticos do governo federal) e a inércia o comportamento padrão.

No caso da formalização das diretrizes da política de formação e desenvolvimento de coleções, um dos instrumentos auxiliares dos serviços que constituem esse processo, seja no momento de formação (seleção e aquisição) seja no de desenvolvimento (avaliação, seleção e aquisição), realizados nessas sequências, a sua relevância só aparece consagrada no campo teórico, haja vista que a sua existência formal é uma raridade. Esta é mais uma negligência que se deve às inconsistências conceituais e técnico-metodológicas dos bibliotecários, já que a sua inexistência acaba reduzindo o processo de formação e desenvolvimento de coleções a práticas aleatórias e descontinuadas.

3. Considerações finais

Mesmo que apresentadas de uma maneira superficial, essas reflexões sobre os fundamentos dos processos de formação e de desenvolvimento de coleções evidenciam que a inexistência formal das políticas de seleção, aquisição e avaliação pode ser apontada como a principal causa da inconsistência das coleções e o maior problema a ser enfrentado pelas bibliotecas brasileiras.

As discussões e argumentos expressados no texto permitem concluir que são as diretrizes e os critérios norteadores dessa operação que criam as condições para o desenvolvimento das coleções dessas bibliotecas, com certo grau de uniformidade de procedimentos e com potencial para anular os efeitos danosos de um conjunto de

problemas, entre os quais se destacam: a ausência, desqualificação e rotatividade de pessoal técnico e auxiliar; a indefinição de responsabilidades pela realização das tarefas e da aleatoriedade de cronologia, antes do início de cada semestre e ano letivo ou fiscal.

E o mesmo se pode afirmar em relação à etapa de formação das coleções dessas bibliotecas, a despeito de ser este um momento experimental e de muita insegurança, quando o seu pessoal técnico ainda não pode contar com o referencial da utilização dos documentos, por parte dos grupos de seus usuários preferenciais, nem do diagnóstico relacionado com o estado das coleções existentes nos seus acervos e tampouco das informações relativas aos perfis desses grupos de usuários como base para a previsão de uso e como elemento para determinar a inclusão deste ou daquele documento como na coleção.

Observadas as peculiaridades das instituições onde a biblioteca está inserida e das comunidades de usuários destinatária dos seus serviços de informação, esse conjunto de procedimentos apresentados neste texto reúne os principais elementos a serem observados nos processos de formação e de desenvolvimento das coleções de qualquer acervo informacional. Portanto, é o domínio desses conteúdos por parte dos dirigentes das bibliotecas e a aplicação sistemática e permanente que qualificam o gerenciamento das coleções.

Referências

ARRUDA, Susana Margaret de; CHAGAS, Joseane. **Glossário de Biblioteconomia e ciências afins**: português – inglês. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

ARAUJO, Eliany A. de. O fenômeno informacional na Ciência da Informação: abordagem teórico-conceitual. In: CASTRO, César Augusto. **Ciência da Informação e Biblioteconomia**: múltiplos discursos. São Luís: EDUFMA, 2002.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1995.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Brasília: Congresso Nacional, 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação fundamental**. Brasília: CNE/CEB, 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais: educação básica**. Brasília: CNE, 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Organização dos Estados Ibero-Americanos. **Avaliação das bibliotecas escolares no Brasil**. São Paulo: Edições SM, 2011.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997. 10 v.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de lemos, 1996.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da língua portuguesa**. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

OBATA, Regina Keiko. Biblioteca interativa: construção de novas relações entre biblioteca e educação. **R. bras. Bibliotecon. Doc. Nova Série**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 91-103, 1999.

PAIVA, Jane; BERENBLUM, Andrea. Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): uma avaliação diagnóstica. In: **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 1 (58), p. 173-188, jan./abr. 2009.